



Brasília-DF, 29 de maio de 2026



Aniversariante

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI
parabeniza o companheiro pela data especial.

31 de maio
Raimundo Coelho Neto
Funcionário da Sede/CNTI



Vitória! Centrais Sindicais celebram redução da jornada e fim da escala 6x1



VITÓRIA!
**REDUÇÃO DA JORNADA
E FIM DA ESCALA 6x1**

**JORNADA DE 40 HORAS SEMANAIS,
SEM REDUÇÃO SALARIAL!**

- MAIS TEMPO PARA VOCE
- MAIS TEMPO COM A FAMILIA
- MAIS TEMPO PARA ESTUDAR E SE QUALIFICAR
- MAIS TEMPO PARA CUIDAR DA SAÚDE
- MAIS TEMPO PARA VIVER E SER FELIZ!

**UMA CONQUISTA HISTÓRICA DA
CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA!**

RESPEITO! DIGNIDADE! DIREITOS!

**SEU DIREITO. SUA VIDA.
NOSSA LUTA. NOSSA VITÓRIA!**

AS CENTRAIS SINDICAIS SEGUEM MOBILIZADAS
POR MAIS DIREITOS E POR UM BRASIL MAIS JUSTO!

CUT UGT CTB CSB

A aprovação, na Câmara dos Deputados, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1 representa uma conquista histórica para a classe trabalhadora brasileira.

As Centrais Sindicais, Confederações, Federações e Sindicatos celebram este importante marco para as trabalhadoras e os trabalhadores do país.

Destacamos o amplo processo democrático de negociação institucional e diálogo social construído junto aos deputados e deputadas, bem como o compromisso público demonstrado pelo Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que conferiu centralidade a esta pauta tão relevante para o povo brasileiro.

A medida beneficiará milhões de pessoas pelo país, que poderão contar com mais tempo para cuidados com a saúde, convivência com a família, formação, lazer, ou seja, para usufruir como melhor lhe convém. A forma como a proposta deverá ser implementada também oferece aos setores econômicos um horizonte claro de adaptação e transição, compatível com as transformações do mundo do trabalho e da organização produtiva contemporânea.

Estudos e experiências internacionais demonstram que a redução da jornada tende a elevar a produtividade, qualificar o tempo de trabalho e gerar novos postos de emprego. São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.

Toda a mobilização em torno da luta pela redução da jornada e pelo fim da escala 6x1 — incluindo audiências públicas, cobertura da imprensa, entrevistas, debates, manifestações populares, discursos e posicionamentos de sindicalistas e representantes do movimento sindical — constitui um rico processo de aprendizado político para toda a sociedade brasileira. Trata-se de uma conquista histórica construída com participação social, mobilização e diálogo democrático.

É fundamental que esse aprendizado se converta em consciência na hora de eleger parlamentares, governadores, senadores e presidente da República, ou seja, representantes comprometidos com o povo e com a valorização do trabalhador.

As Centrais Sindicais e todo o movimento sindical iniciam, desde já, a mobilização para a próxima etapa de debates no Senado Federal, confiantes de que o presidente Davi Alcolumbre dará celeridade à tramitação legislativa naquela Casa, para garantir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

Viva esta vitória da classe trabalhadora brasileira!
Brasília, 27 de maio de 2026

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Sonia Zerino, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Fonte: NCST

Brasília-DF, 29 de maio de 2026

Davi Alcolumbre envia PEC do "horário flexível" à CCJ do Senado

Proposta foi apresentada pela oposição no Senado em contraponto à proposta que acaba com a escala 6x1. Texto permite acordo individual para jornada flexível e remuneração proporcional por hora trabalhada.



Reunião da CCJ, comissão presidida pelo senador Otto Alencar. Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), enviou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a PEC do senador Rogério Marinho (PL-RN) que flexibiliza regras de jornada e remuneração. O despacho ocorreu nesta quinta-feira (28), um dia depois de a Câmara aprovar, em dois turnos, a proposta que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas.

A PEC aprovada pelos deputados estabelece duas folgas semanais e redução da jornada sem perda salarial. No segundo turno, o texto recebeu 461 votos favoráveis e 19 contrários e agora segue para análise do Senado. Caberá ao presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), definir se os dois textos vão tramitar em conjunto.

Oposição no Senado

A proposta de Marinho vai na direção oposta. Em vez de fixar uma redução geral da jornada, o texto permite que empregados escolham entre o regime tradicional da CLT e um modelo flexível, baseado em horas trabalhadas. A minuta altera o artigo 7º da Constituição para admitir acordo individual, convenção coletiva ou livre pactuação direta entre patrão e empregado.

Contrato individual

Pelo texto, o contrato individual poderá prevalecer sobre instrumentos de negociação coletiva. A PEC também prevê que, em caso de redução de jornada, salário, férias, 13º, FGTS e demais direitos sejam calculados proporcionalmente à carga horária efetivamente trabalhada.

Na justificativa, Marinho afirma que a proposta amplia a "liberdade" do trabalhador para escolher sua jornada e adaptar a rotina às necessidades pessoais e ao mercado. A oposição apresentou a PEC após a aprovação, na Câmara, da redução da jornada.

Disputa sobre jornada

O envio da PEC à CCJ não impede a tramitação da proposta aprovada pela Câmara, mas cria uma disputa política no Senado. De um lado, está o texto que reduz a jornada para 40 horas sem corte salarial; de outro, a proposta de Marinho, apoiada por senadores da oposição, que autoriza jornada flexível e remuneração proporcional por hora trabalhada.

[Veja a íntegra da PEC encabeçada por Rogério Marinho.](#)

Fonte: Congresso em Foco

A maior vitória dos trabalhadores desde a Constituição de 1988

Com votação acachapante, Câmara enterra o terrorismo patronal contra a redução da jornada, derrota a lógica exaustiva da escala 6x1 e recoloca o Brasil no caminho da dignidade do trabalho.

Marcos Verlaine*

O discurso da catástrofe colapsou e a Câmara dos Deputados aprovou, em 2 turnos, da PEC 221/19 — com a PEC 8/25 anexada — o que representa uma das mais importantes derrotas políticas, ideológicas e simbólicas do conservadorismo econômico brasileiro nas últimas décadas.

Foram 472 votos a 22 no primeiro turno e 461 a 19 no segundo, a Câmara dos Deputados produziu fato histórico: reconheceu, ainda que tardiamente, que a vida humana vale mais que a lógica predatória da superexploração do trabalho.

Não se trata apenas de reduzir a jornada semanal de 44 para 40 horas. Nem apenas substituir a escala brutal de 6x1 pela escala 5x2. O que está em jogo é algo muito mais profundo: a disputa entre 2 projetos de sociedade.

De um lado, o Brasil do trabalho digno, do direito ao descanso, à convivência familiar, ao lazer, à saúde física e mental. Do outro, o Brasil do lucro acima de qualquer limite, da exaustão normalizada e da transformação do trabalhador em mera peça descartável da engrenagem econômica.



Brasília-DF, 29 de maio de 2026

A dimensão acachapante da votação desmonta narrativa sustentada durante décadas pelo grande empresariado, pelo mercado financeiro e pela direita neoliberal: a de que qualquer avanço social levaria inevitavelmente ao caos econômico.

Foi assim contra as férias, contra o 13º salário, contra a licença-maternidade, contra a CLT, contra a valorização do salário mínimo. E voltou a ser assim no debate sobre a redução da jornada.

Mais uma vez, estavam errados.

Mentira histórica da “quebra da economia”

O argumento empresarial repetido à exaustão — de que a economia quebraria — foi derrotado não apenas no plenário, mas também nas ruas, nas redes e na consciência popular.

O País inteiro assistiu ao desespero de setores patronais tentando convencer a sociedade de que conceder 2 dias de descanso semanal aos trabalhadores seria séria ameaça à sobrevivência nacional.

É tese não apenas falsa, mas obscena.

O Brasil já convive, há décadas, com jornadas excessivas, baixos salários e altíssima produtividade baseada em sobrecarga humana. O modelo da escala 6x1, especialmente no comércio e nos serviços, produz adoecimento, destruição da convivência familiar, depressão, ansiedade, acidentes de trabalho e esgotamento permanente.

Milhões de trabalhadores vivem sem tempo para estudar, descansar, cuidar dos filhos ou simplesmente existir fora do ambiente laboral.

O que a PEC faz é reconhecer a realidade civilizatória já adotada em diversas economias centrais do capitalismo contemporâneo: produtividade não depende de exaustão. Ao contrário. Trabalhadores menos sobrecarregados produzem mais, adoecem menos, consomem mais e movimentam melhor a economia.

A própria transição escalonada prevista no texto — redução para 42 horas nos primeiros 60 dias e chegada às 40 horas após 1 ano — desmonta a retórica do “choque econômico”. O texto foi desenhado exatamente para permitir adaptação gradual das empresas e reorganização dos setores produtivos.

Além disso, a preservação integral dos salários impede que a medida se transforme em precarização

disfarçada. Trata-se de redistribuir tempo de vida sem retirar renda.

Derrota política da extrema-direita

A votação também expôs o isolamento político do discurso neoliberal no Parlamento. Os placares revelam algo raríssimo na política brasileira contemporânea: formação de ampla maioria social e parlamentar em torno de um direito trabalhista.

A extrema-direita tentou reeditar o velho catecismo do “empreendedorismo sacrificial”, segundo o qual trabalhadores deveriam aceitar jornadas desumanas em nome da “competitividade”. Não funcionou. Porque a realidade concreta venceu a propaganda ideológica do capital, do mercado, da direita e da extrema-direita.

O Brasil real sabe o que significa trabalhar 6 dias por semana para sobreviver. Sabe o que significa sair de casa antes do amanhecer e voltar tarde da noite sem sequer conseguir conviver com a família. Sabe o que significa viver permanentemente cansado.

Por isso, a pressão popular foi decisiva. A vitória não nasceu apenas dentro da Câmara. Essa foi construída nas mobilizações sindicais, nas redes digitais, nas audiências públicas, nos movimentos sociais e no crescente sentimento coletivo de que o modelo atual se tornou insustentável.

Novo pacto social do trabalho

A aprovação da PEC não resolve, por si só, todas as deformações do mercado de trabalho brasileiro. A pejotização predatória, a informalidade estrutural, os aplicativos sem direitos e a precarização continuam sendo desafios centrais.

Mas a mudança constitucional inaugura novo horizonte político. Pela primeira vez em muitos anos, o debate público deixou de girar apenas em torno de “flexibilizar”, “modernizar” e retirar direitos. Voltou-se a falar em ampliar a proteção social e melhorar a qualidade de vida da maioria da população.

Isso tem enorme significado histórico.

Desde os anos 1990, consolidou-se no Brasil a ideia de que qualquer avanço trabalhista seria incompatível com o crescimento econômico. A aprovação da PEC implode esse dogma. E o faz justamente num momento em que o mundo inteiro debate redução de jornada, automação, inteligência artificial e redistribuição do tempo de trabalho.

O Senado agora terá diante de si não apenas uma proposta legislativa, mas decisão histórica sobre o modelo de País que deseja consolidar. E dificilmente



Brasília-DF, 29 de maio de 2026

ignorar a força política, social e simbólica da votação da Câmara.

Brasil possível

A redução da jornada é, acima de tudo, afirmação de humanidade. O trabalhador não pode existir apenas para trabalhar. Nenhuma sociedade minimamente democrática pode considerar normal que milhões de pessoas vivam aprisionadas numa rotina contínua de desgaste físico e mental.

A aprovação da PEC afirma algo elementar, mas profundamente revolucionário para a lógica do capitalismo periférico brasileiro: a vida não pode ser organizada exclusivamente em função do trabalho exaustivo para gerar lucro para poucos.

A Câmara compreendeu isso. O País também.

E talvez seja exatamente por isso que a vitória tenha sido tão gigantesca.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

Desemprego chega a 5,8% no trimestre encerrado em abril, diz IBGE

Índice recuou em relação ao mesmo trimestre do ano passado



© Fernando Frazão/Agência Brasil

A taxa de desemprego ficou em 5,8% no trimestre encerrado em abril de 2026, o que representou alta de 0,4 ponto percentual (p.p.) na comparação com o período entre novembro de 2025 e janeiro de 2026. Em relação ao trimestre móvel de fevereiro a abril de 2025, quando atingiu 6,6%, houve recuo de 0,8 p.p.

O patamar de 5,8% indica que 6,3 milhões de pessoas buscaram trabalho no trimestre e não conseguiram. O

contingente representa mais 471 mil pessoas do que no trimestre terminado em março.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal/ abril 2026 (PNAD-Contínua), divulgada, nesta quinta-feira (28), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a PNAD Contínua, se comparada ao trimestre de novembro de 2025 e janeiro de 2026, a população desocupada, que é de 6,3 milhões no período encerrado em abril deste ano, avançou 8,0%. Naquele momento eram 5,9 milhões. No entanto, em relação a igual trimestre do ano anterior (7,1 milhões) indicou recuo de 11,3% (menos 809 mil pessoas).

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/desemprego-chega-58-no-trimestre-encerrado-em-abril-diz-ibge>

Fonte: Agência Brasil

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES

4º CONGRESSO ESTADUAL NCST/RIO GRANDE DO NORTE

16 DE JUNHO

LOCAL: SEDE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Bernardo Vieira, Nº 576 - Quintas - CEP: 59051001 - NATAL - RN

CONTATO: Fone: (084) 3653-2209
E-mail: fti_rn@yahoo.com.br

PALESTRA
O QUE É SINDICATOFOBIA?
POR JOSÉ REGINALDO INÁCIO

PROGRAMAÇÃO

8h00 às 8h30	Credenciamento
8h30 às 9h30	Sessão Solene de Abertura e Composição da Mesa
9h30 às 11h00	Palestra
11h00	Sessão Plenária Eleitoral
12h00	Encerramento e Almoço

APOIO:
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA